



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10801 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 05 - Educação e Infância

**UMA ANÁLISE SOBRE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E PAR METROS DE QUALIDADE**

Dirce Guerres Zucco - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

**UMA ANÁLISE SOBRE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E PARÂMETROS DE QUALIDADE**

A avaliação da qualidade da Educação Infantil (EI) tem ganhado notoriedade com a expansão da oferta de vagas e sua inclusão na Educação Básica, que passa a ser prevista nas metas das políticas educacionais que indicam a realização do mapeamento da qualidade no atendimento. Nos últimos anos, algumas experiências foram conduzidas no Brasil utilizando diferentes escalas de avaliação. Em específico, a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis passou por experiências avaliativas utilizando as seguintes escalas: as norte-americanas *Infant Toddler Environment Rating Scale-Revised* (ITERS-R) e *Early Childhood Environment Rating Scale-Revised* (ECERS-R), que avaliam espaços e ambientes da creche e da pré-escola; e as italianas *Indicatori e Scala della Qualità Educativa del Nido* (ISQUEN) e *Autovalutazione della Scuola dell'Infanzia* (AVSI), que avaliam o contexto da unidade educativa. Em muitos casos, a escolha do modelo de avaliação está condicionada às políticas governamentais e ao financiamento da Educação Infantil, sem a garantia de uma análise criteriosa da adequação destes instrumentos de avaliação para a realidade aplicada.

Diante disso, esta pesquisa resultante de uma dissertação, de abordagem qualitativa e aplicada, com base na literatura e na legislação, se propôs a analisar a adequação dos instrumentos de avaliação da qualidade na Educação Infantil para aplicação na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, numa perspectiva mais ampla podendo estender-se para aplicação em nível nacional. Com base na análise da literatura, foi possível identificar e descrever os principais modelos de avaliação, nacionais e estrangeiros, e definir os parâmetros de qualidade que devem fazer parte de um instrumento de avaliação da qualidade da Educação Infantil. A partir disso, conduziu-se uma análise comparada dos instrumentos de avaliação com o objetivo de identificar o alinhamento dos mesmos aos parâmetros de qualidade da

## Educação Infantil.

Considerando que é imprescindível a implementação de uma política de avaliação, para além do instrumento de avaliação, a política avaliativa precisa estar baseada em diretrizes claras e concisas quanto à finalidade e o objeto da avaliação, o Brasil, por meio do Ministério da Educação (MEC) vem realizando ações, em âmbito federal, em torno da avaliação da qualidade da EI. Entre elas, pode-se citar o Plano Nacional de Educação, que na sua segunda edição, promulgada pela Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014), estabelece algumas metas relacionadas à avaliação, as quais demarcam a realização periódica da avaliação da Educação Infantil a cada dois anos, a fim de medir a qualidade dos serviços oferecidos pelas instituições e direcionar as políticas públicas para a primeira etapa da Educação Básica. Neste sentido, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realiza um mapeamento por meio da avaliação para o acompanhamento da efetividade dos recursos publicizando as informações. A operacionalização realizada pelo INEP baseia-se em quatro dimensões: duas dimensões levantadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB); duas dimensões a partir de entrevista, uma com o gestor do sistema e outra com o gestor escolar.

Já no que se refere a um instrumento de avaliação da qualidade da oferta, foi publicado pelo Ministério da Educação [MEC] (2009), o documento *Indicadores de qualidade na educação infantil*. Segundo o monitoramento realizado pelo MEC (2011), verificou-se que a maioria dos municípios que utilizavam o instrumento era de pequeno porte, com finalidades variadas, entre estas, o diagnóstico das redes.

Diante da disseminação de experiências avaliativas em torno da qualidade na educação infantil nos municípios brasileiros, destaca-se a Portaria n. 1.147 (2011), que resultou na publicação do documento *Educação infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação* (MEC, 2012). O referido documento apresenta diretrizes para o estabelecimento de uma sistemática de avaliação, considerando a diversidade do contexto e as especificidades da instituição, capaz de apoiar políticas e programas educacionais, sem padronizar ou indicar um instrumento de avaliação específico. Assim foram elencadas diretrizes para a avaliação capazes de:

ser coerente com as finalidades e características da educação infantil; incluir ações coordenadas pelos diferentes níveis de governo; produzir informações capazes de balizar iniciativas das diversas instâncias governamentais; articular-se às iniciativas de avaliação institucional já em realização por redes e escolas públicas; ser abrangente, prevendo indicadores relativos a insumos, processos e resultados; considerar os determinantes intra e extra institucionais que condicionam a qualidade da educação; pautar-se por uma perspectiva democrática e inclusiva, não induzindo a competição em detrimento de relações compartilhadas; promover um processo participativo capaz de viabilizar a dimensão formativa da avaliação, estimulando diferentes atores e setores a contribuir na definição e acolhimento de parâmetros de qualidade; levar em conta contribuições de propostas e experiências divulgadas em âmbito nacional e internacional (MEC, 2012, pp. 18-19).

O documento pressupõe, ainda, um conjunto de aspectos que são objetos da avaliação:

o *acesso*: refere-se à oferta da educação infantil em espaços institucionais; os

*insumos*: são as condições de oferta presentes na legislação, abrangendo desde o financiamento, a estrutura, a garantia dos sujeitos e o serviço de apoio; *os processos*: concernentes à gestão, ao currículo e às relações/interações presentes na instituição (MEC, 2012, p. 23).

Diante de tais apontamentos, são apresentados alguns parâmetros e concepções de avaliação da qualidade da educação infantil. Para esse fim são elencados e categorizados instrumentos de avaliação, tanto nacionais quanto estrangeiros, para posterior análise comparada, a fim de identificar os instrumentos avaliativos que apresentam coerência teórico-metodológica à educação infantil e a proposta pedagógica florianopolitana. E, no percurso são tecidas as implicações na escolha do instrumento para a implementação de uma política de avaliação.

O estudo de Pimenta (2017) foi importante para estabelecer a classificação dos instrumentos de avaliação em duas categorias de análise: com foco no desenvolvimento das crianças e com foco nos ambientes, insumos e processos.

Nos modelos com foco no desenvolvimento das crianças, a avaliação atribui o conceito de qualidade a partir do nível de aprendizagem das crianças. Dentre os instrumentos estrangeiros que seguem tal concepção, pode-se citar: Early Years Foundation Stage; COR – Child Observation Record; ASQ – Ages & Stages Questionnaires; iPIPS – Performance Indicators in Primary Schools: Baseline Assessment; e Pisa Baby – Program for International Student Assessment.

Já a segunda categoria de análise, que apresenta a avaliação da qualidade na educação infantil com foco nos ambientes, insumos e processos, avalia as condições de oferta dos serviços. Estão alinhados a essa concepção: Iters-R e Ecers-R; ISQUEN e AVSI; ECCP (Escala de Evaluación de la Calidad Educativa en Centros Pré-escolares); NQS (National Quality Standard); IDEA (Proposição de Avaliação do Instituto de Evaluación y Asesoramiento Educativo); Qualità Lúdica (Strumento per l'Analisi della Qualità Lúdica del Nido); ERVIS (Elementi per Rilevare e Valutare L'Integrazione Scolastica); SPRING (Strumenti per lo Sviluppo di Processi Riflessivi e Indagini valutative Nei Nidi da parte dei Gruppi di lavoro educativi); e Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.

Os *Indicadores da qualidade na educação infantil* serviram de referência na construção de instrumentos avaliativos nacionais adaptados a diferentes redes e sistemas de ensino, tais como: os *Indicadores de qualidade da educação infantil paulistana* (Secretaria Municipal de Educação, 2016); os *Indicadores da qualidade na educação infantil da rede municipal de ensino de Salvador (Indique)* (Secretaria Municipal de Educação, 2016); e os *Indicadores de qualidade da educação infantil do Distrito Federal* (Secretaria de Estado de Educação, 2019).

Outro modelo avaliativo identificado na literatura é o MELQO – Measuring Early Learning Quality and Outcomes (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization [Unesco], 2017), de metodologia híbrida, com foco tanto no desenvolvimento

das crianças quanto nos ambientes de aprendizagem.

A partir das Diretrizes para a avaliação (BRASIL, 2012) e dos Parâmetros de qualidade para a educação infantil (BRASIL, 2006) constatou-se que os modelos que envolvem a avaliação do desenvolvimento da criança não são indicados para aferir a qualidade da EI, pois tendem a desconsiderar a existência de infâncias distintas e a não linearidade dos ritmos de desenvolvimento infantil. Desse modo, serão elencados os modelos baseados em *ambientes, insumos e processos*, com vistas a apoiar a comparação entre eles e a posterior verificação da sua adequação à realidade da RME de Florianópolis, considerando-se alguns aspectos entres: o tipo de avaliação, metodologia, tempo de aplicação, indicadores, participação, resultados, pós-resultados, viabilidade, validade e confiabilidade, e; maturidade.

Dentre os modelos analisados, dois mostraram maior adequação ao contexto de Florianópolis por se basear no acesso, insumos e processos, apresentar coerência metodológica e prever a participação da comunidade educativa. Trata-se dos *Indicadores da qualidade na educação infantil e dos instrumentos italianos baseados na Avaliação de Contexto*.

Pode-se observar que, dos modelos analisados, os *Indicadores da qualidade na educação infantil* apresenta consonância com as diretrizes curriculares da EI brasileira, sendo também o único que indica um padrão de qualidade em conformidade com os princípios e parâmetros da EI nacional. Sua definição foi assim descrita:

adentra a discussão do conceito de qualidade, flexível, negociável em face das diferentes perspectivas que se adotam: socialmente construído; dependente do contexto; baseado em direitos, necessidades, demandas, conhecimentos e possibilidades. Indicam-se como passíveis de avaliação: as políticas para a Educação Infantil, sua implementação e acompanhamento; as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil; a relação estabelecida com as famílias das crianças; a formação regular e continuada dos professores e demais profissionais; a infraestrutura necessária ao funcionamento dessas instituições. Em relação à avaliação das crianças, reitera que ela não deve implicar a retenção das crianças na Educação Infantil. (MEC, 2015, pp. 16-17).

Os *Indicadores da qualidade na educação infantil* dialogam com os documentos curriculares da RME de Florianópolis ao promoverem a participação e o debate, considerando as especificidades, a identidade e a cultura do contexto histórico, social e econômico; preveem o diálogo em torno da oferta dos serviços a partir das condições estruturais, pedagógicas e relacionais, enquanto promotoras da ampliação de conhecimentos científicos por meio do acesso às condições materiais e pedagógicas, contribuindo, assim, na aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Esse instrumento tem a capacidade de promover uma avaliação viável, válida e confiável para o mapeamento e, com o plano de melhorias após o levantamento de dados, promove a gestão dos resultados.

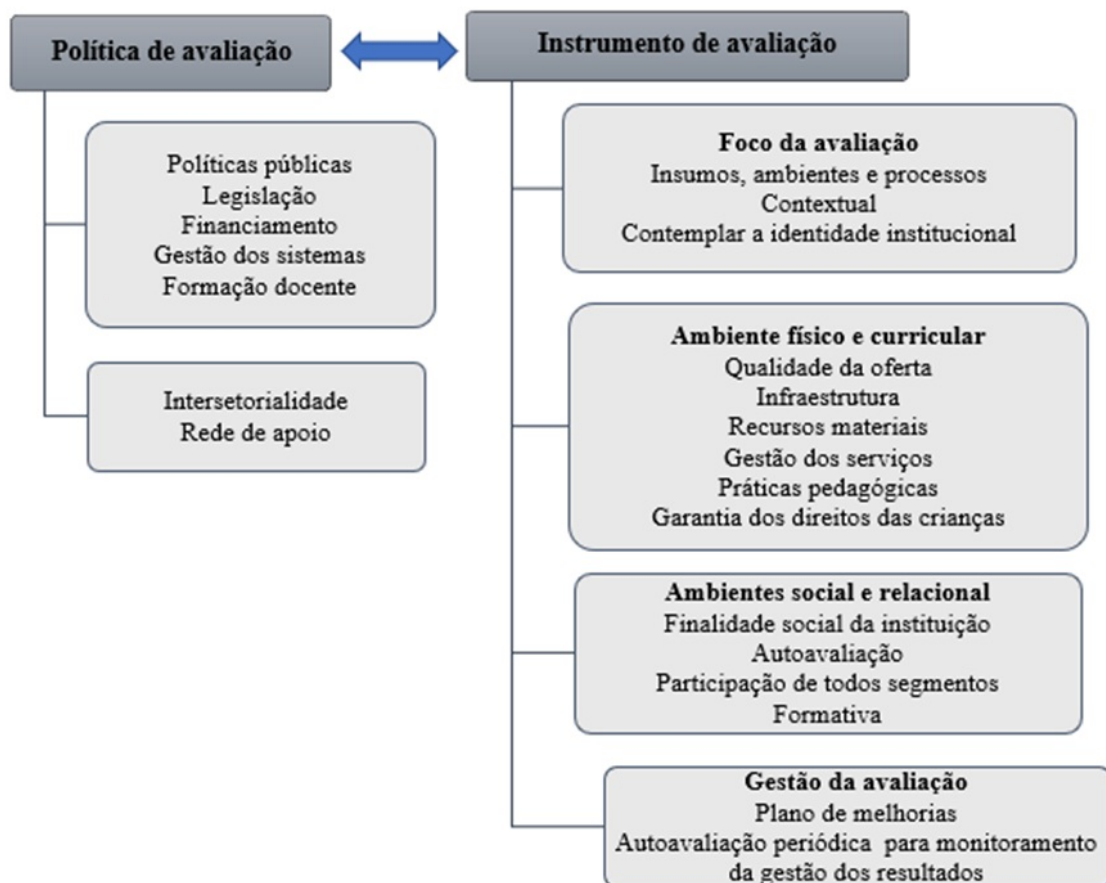
Os modelos de avaliação italianos também se aproximam da proposta pedagógica da RME de Florianópolis, pela influência da pedagogia italiana na sua base curricular e documentos orientadores, na formação dos profissionais e, além disso, estão relacionados aos valores e finalidades do contexto. Sua potencialidade tem como ponto forte a metodologia

baseada na participação democrática, na reflexão, diálogo e com finalidade formativa em torno do percurso avaliativo de aplicação do instrumento. E, a partir dos dados levantados, se estabelece um plano de melhorias.

Constatou-se, ainda, a necessidade da avaliação da qualidade considerar os ambientes educativos, a diversidade identitária das instituições e as especificidades próprias da educação infantil. De modo geral, a avaliação da qualidade precisa ser sistêmica, abrangente, considerar dimensões relacionais, pedagógicas e estruturais por meio de procedimentos legitimados para verificar se a instituição atende sua finalidade social.

Desse modo, a Figura 1 tem como objetivo apresentar uma breve síntese para caracterizar a avaliação da Educação Infantil como um processo e não apenas como fim determinante do nível de qualidade, destacando a importância de cada elemento no mapeamento e na promoção da qualidade do atendimento.

**Figura 1 - Síntese sobre um sistema de avaliação da qualidade da Educação Infantil: política de avaliação e o instrumento de avaliação.**



Fonte: Elaboração própria.

Conforme a Figura 1, a implementação e a gestão de um sistema de avaliação requerem a indissociabilidade entre o instrumento de avaliação e a política avaliativa por meio da intersetorialidade colaborativa de redes de apoio, fomentadas por políticas públicas para a infância a fim de atender aos parâmetros de qualidade da Educação Infantil.

A política de avaliação é abrangente, pois trata-se de um planejamento maior voltado para as políticas públicas que garantem as ações por meio da legislação educacional, inclui ainda a previsão de financiamento para a qualidade da oferta, a eficiência na gestão dos sistemas e, também a formação docente.

Para que uma política avaliativa seja eficiente, faz-se necessário uma rede de apoio por meio da intersetorialidade, referem-se às garantias previstas nas políticas públicas no compromisso social com a educação e necessitam de articulação e planejamento das diferentes instituições.

No que se refere ao instrumento de avaliação, sua finalidade é a de coletar, analisar e definir a qualidade da oferta, considerando a metodologia da avaliação. Propõe-se que o foco da avaliação seja baseado em insumos, ambientes e processos. De abordagem contextual, visa contemplar a especificidade institucional, mas também prevendo abrangência a nível de sistema. Ademais, demarca-se a importância de considerar os ambientes físico e curricular com parâmetros de qualidade relativos à infraestrutura, aos materiais, à gestão dos serviços, às práticas pedagógicas e à garantia do direito da criança como a principal finalidade da unidade educativa; e os ambientes relacional e social com parâmetros que preveem a participação da comunidade educativa, ancorada na finalidade social que a instituição estabelece na comunidade em que oferta os serviços. Moro (2017) destaca a importância de um sistema de avaliação da qualidade da Educação Infantil que considere o ambiente físico, relacional e social, em que o instrumento enfatize as práticas pedagógicas e a relação com a comunidade educativa.

Ainda, o instrumento deve contemplar a gestão da avaliação, que envolve o estabelecimento de um plano de melhorias, com metas, prazos, responsáveis e a autoavaliação periódica para o monitoramento da gestão dos resultados.

**Palavras-chave:** Avaliação da Educação. Qualidade da Educação. Educação Infantil

## Referências

BECCHI, Egle; BONDIOLI, Anna; FERRARI, Mônica. ISQUEN: Indicadores e escala de avaliação da qualidade educativa da creche. In: CIPOLLONE, Laura (org.). *Instrumentos e Indicadores para avaliar a creche: um percurso de análise da qualidade*. Curitiba: Editora da UFPR, 2014. p. 149-197.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006. v. 1-2.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Básica. *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Monitoramento do uso dos indicadores da qualidade na educação infantil*. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Educação Infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação*. Brasília: MEC/SEB/COEDI, 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. *Contribuições para a Política Nacional: avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto*. Brasília, DF: MEC/SEB/COEDI, 2015.

CAMPOS, Maria Malta *et al.* A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 142, 2011. p. 20-54.

MORO Catarina; SOUZA Gizele; COUTINHO Angela Scalabrin. *Formação da Rede em Educação Infantil: Avaliação de Contexto*. Curitiba: Appris, 2015.

MORO, Catarina. Avaliação de contexto e políticas públicas para a educação infantil. *Laplage em Revista*, Sorocaba, SP, v. 3, n. 1, p. 44-56, jan./abr. 2017.

PIMENTA, Cláudia Oliveira. *Avaliações municipais da educação infantil: contribuições para a garantia do direito à educação das crianças brasileiras?* 2017. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOUZA, Gizele de *et al.* A Pesquisa em Rede na Educação Infantil: avaliação de contexto, modos de proceder e possibilidades de reflexão. *Evaluación de contextos en Educación Infantil*, p. 23-32, 2017.